



28 DE JANEIRO DE 2019

Segunda-feira

- **CURSO: FUNDAMENTOS DA INDÚSTRIA 4.0**
- **ARTIGO: O SISTEMA "S" E A FACA DA ECONOMIA: UM LEGADO SOB RISCO**
- **"SETOR PRODUTIVO VÊ REFIS ESTADUAL COMO CHANCE DE RETOMADA DO CRESCIMENTO**
- **SALÁRIO MÍNIMO NO PARANÁ TEM REAJUSTE! VEJA PARA QUANTO FOI E QUANDO COMEÇA A VALER**
- **ROBÔS AMEAÇAM 54% DOS EMPREGOS FORMAIS NO BRASIL**
- **"INDÚSTRIA BRASILEIRA SE ABRE PARA STARTUPS, MAS É CEDO PARA FALAR EM TENDÊNCIA**
- **EXECUTIVOS PLANEJAM TRABALHAR APÓS APOSENTADORIA**
- **GM FAZ PRESSÃO POR INCENTIVOS PARA INVESTIR**
- **NECESSIDADE DE SUBSÍDIO DIMINUI COM MELHOR AMBIENTE DE NEGÓCIOS, DIZ SECRETÁRIO SOBRE GM**
- **APÓS AMEAÇA, GM NEGA SAÍDA DO PAÍS, DIZ NEGOCIAR PRÓXIMO INVESTIMENTO**
- **SERVIDORES ARTICULAM NO CONGRESSO LOBBY CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **RISCO DE SEGURADO ENTRAR NO NOVO PENTE-FINO É MAIOR**
- **RENEGOCIAÇÃO DE ITAIPU PODE ELEVAR CONTA DE LUZ**
- **CONTA DE LUZ NÃO TERÁ COBRANÇA EXTRA EM FEVEREIRO**
- **CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO FICA ESTÁVEL EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, REVELA FGV**
- **TOP-5 DO FOCUS PASSA A VER MANUTENÇÃO DA SELIC EM 6,5% AO LONGO DESTE ANO**
- **IPC-FIPE SOBE 0,43% NA 3ª QUADRISSEMANA DE JANEIRO**
- **IBOVESPA SOBE 1,16% E PASSA OS 97 MIL PONTOS**

- MERCADO REDUZ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO PARA 2,5% EM 2019
- AO TAXAR DIVIDENDOS, PAÍS SE APROXIMA DE TRIBUTAÇÃO PRATICADA PELA OCDE
- CRUZE BATE GOLF EM TESTE DE ÚNICOS HATCHES MÉDIOS FEITOS NO PAÍS
- BOSCH INCORPORA NEGÓCIOS DA FABRICANTE DE MOTORES ELÉTRICOS EM-MOTIVE
- LEAN MANUFACTURING: COMO O BI PODE TORNAR A INDÚSTRIA MAIS ENXUTA?
- PETROBRAS MANTÉM SEM ALTERAÇÃO PREÇO MÉDIO DA GASOLINA E DO DIESEL NAS REFINARIAS
- AGU PEDE QUE STF REAFIRME VIGÊNCIA DE LIMINAR SOBRE TABELA DO FRETE
- DECRETO AMPLIA PRAZO PARA ANP E EMPRESAS FECHAREM CONTAS DO SUBSÍDIO AO DIESEL
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO GLOBAL CRESCEU 4,6% EM 2018, DIZ ASSOCIAÇÃO
- FUTUROS DO MINÉRIO DE FERRO NA CHINA TÊM MÁXIMA EM 16 MESES APÓS DESASTRE DA VALE
- ANÁLISE-NOVO DESASTRE NA VALE COLOCA EM XEQUE CEO, NEGÓCIOS E DIVIDENDOS DA MINERADORA

CÂMBIO EM 28/01/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,772	3,773
Euro	4,310	4,312

Fonte: BACEN

CURSO: FUNDAMENTOS DA INDÚSTRIA 4.0

28/01/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Local: PUCPR - Escola Politécnica
Rua Imaculada Conceição, 1155
Prado Velho - Curitiba/PR

O movimento chamado de Indústria 4.0 é reconhecido como sendo a 4ª Revolução Industrial. Mais que um movimento revolucionário, é possível afirmar que a Indústria 4.0 é uma Arquitetura de Referência que prevê a utilização da automação industrial com integração horizontal e vertical da informação. Com isso, as empresas observarão um aumento da sua capacidade de resposta, eficiência e qualidade. Pensando em familiarizar os profissionais das empresas com as tendências e as tecnologias requeridas pela indústria 4.0, o SINDIMETAL/PR, em parceria com a PUCPR, oferece o curso com a seguinte programação:

Conteúdo Programático:

- I. Desmistificar a Indústria 4.0
- II. Introduzir a gestão da inovação e de tecnologias
- III. Apresentar o conceito de produto e produção inteligente
- IV. Apresentar os conceitos de cultura para inovação com foco na Indústria 4.0 *
- V. Apresentar o processo de transformação digital para a Indústria 4.0 *

* Esses módulos serão compostos, também, de palestras com players de referência no mercado.

Investimento:

- 3 parcelas de **R\$332,00** para inscrições até **14/12/2018**
- 3 parcelas de **R\$366,00** para inscrições até **31/01/2019**
- 3 parcelas de **R\$384,00** para inscrições até **28/02/2019**

Valores exclusivos para empresas associadas

Carga horária 24h - (segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 18h20 às 22h30).

Incluso: Welcome Coffee, login e senha para acesso aos sistemas acadêmicos da PUCPR e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem BLACKBOARD; material didático online e certificação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná através da Escola Politécnica, como curso de extensão em Fundamentos da Indústria 4.0.

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Artigo: O Sistema "S" e a face da economia: um legado sob risco

28/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 25-01-2019)

De 1942 a 2019, o pujante protagonismo do chamado Sistema S na transformação do Brasil, na garantia do acesso à educação profissional e básica de qualidade e na promoção da saúde, cultura, esporte, lazer, alimentação e assistência social aos trabalhadores de cada setor da economia e, à sociedade em geral, não nasceu ontem e não pode ser esquecido.

Há mais de sete décadas representantes das classes produtoras reuniram-se na histórica conferência de Teresópolis, onde firmaram a Carta da Paz Social, um marco no engajamento do empresariado brasileiro pela justiça social. Propuseram-se a criar um fundo social com contribuições das empresas dos diversos setores da economia.

O que o Estado fez para que essas ações saíssem do papel? Tão somente editou leis para garantir a compulsoriedade das contribuições para o referido fundo social.

Emergiram então os S sindicais: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e, após a Constituição de 1988, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Nos anos 2000, com características distintas, foram criadas a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex Brasil) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

À exceção da Apex-Brasil e ABDI, que estão vinculadas e são custeadas pelo governo, os demais integrantes dos "S" têm e sempre tiveram seu custeio, em sua totalidade, suportado pelas contribuições dos empregadores. Nenhum aporte ou subsídio vem do orçamento público. Pagam até mesmo pelos serviços de arrecadação feitos pela [Receita Federal do Brasil](#). A gestão privada desde o princípio atribuída a essas entidades sempre foi e continua a ser estratégica para o desempenho de sua finalidade institucional e os resultados que atingem.

Não à toa que o legislador constituinte perenizou, por meio da chancela do artigo 240, da Carta de 1988, a fonte de recursos das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Ao assim fazer, endossou a sua importância no desenvolvimento social e econômico do Brasil ao longo de décadas e, o mais importante, reconheceu que os benefícios de sua atuação incorporaram-se ao arcabouço protetivo dos trabalhadores. A sociedade brasileira tem direito aos serviços sociais e de aprendizagem profissional como garantido pelo legislador constituinte.

No início dos anos 2000, o ministro Luiz Fux, ao analisar no Superior Tribunal de Justiça ([STJ](#)) um recurso em que se discutia o dever dos empregadores recolherem a contribuição compulsória destinada aos "S", afirmou que essas entidades concretizam a promessa constitucional de valorização do trabalho humano, que é um dos fundamentos da ordem econômica brasileira, ao lado da livre iniciativa. Para o ministro Fux, a contribuição compulsória que os financia tem natureza constitucional de cunho social e protetivo do empregado.

Não se discute que aperfeiçoamentos voltados a um melhor desempenho são possíveis e desejáveis. O foco na otimização de resultados sempre fez parte do DNA do chamado Sistema "S".

Essas entidades possuem um rígido controle da aplicação de seus recursos. Além de auditorias internas e regras de conformidade institucional, são dotadas de Conselhos Fiscais, cuja maioria dos integrantes são indicados pelo governo. Isso sem falar que prestam contas de cada despesa ao Tribunal de Contas da União. Não faltam pois instâncias de controle para impulsioná-las a alcançarem resultados sempre mais eficazes.

Não há dúvidas de que, em períodos de crise, as medidas de austeridade são esperadas de todos. Contudo, é fundamental colocar na ponta do lápis as possíveis variáveis sociais e econômicas de cada proposta de contenção de recursos. No caso dos "S", ao menos três variáveis precisam ser sopesadas na equação: 1) o acesso aos serviços sociais e de aprendizagem profissional é um direito universal do trabalhador, com fundamento constitucional; 2) as contribuições que os financiam possuem destinação carimbada, com blindagem constitucional; e 3) reduzir seus recursos pode inviabilizar ou reduzir drasticamente os serviços que beneficiam os trabalhadores há tantos anos. Somente com serenidade e cautela será possível evitar que a boa intenção de fazer o Brasil avançar coloque em risco um legado de tantas décadas e provoque um severo retrocesso social em um país já solapado por extremas desigualdades.

Alessandra Gotti é doutora em Direito Constitucional pela PUC/SP. O artigo foi publicado nesta sexta-feira (25) no Jornal Correio Braziliense (DF).

REPRODUÇÃO DO ARTIGO - *Os artigos publicados pela Agência CNI de Notícias têm entre 4 e 5 mil caracteres e podem ser reproduzidos na íntegra ou parcialmente, desde que a fonte seja citada. Possíveis alterações para veiculação devem ser consultadas, previamente, pelo e-mail imprensa@cni.com.br. As opiniões aqui veiculadas são de responsabilidade do autor.*

Alessandra Gotti - doutora em Direito Constitucional

"Setor produtivo vê Refis estadual como chance de retomada do crescimento

28/01/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 27-01-2019)

"Setor produtivo vê Refis estadual como chance de retomada do crescimento

Regras para pagamento de dívidas tributárias atrasadas foram publicadas no dia 21. Condições são consideradas boas para as empresas, mas prazo para adesão é curto

Depois de exaustivas negociações entre o setor produtivo e o poder público, que duraram pelo menos dois anos e passaram por três governos diferentes, finalmente a Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná publicou, no último dia 21, o decreto que regulamenta um tratamento diferenciado para pagamento de dívidas tributárias do ICMS - o Refis.

De quebra, o governo ainda instituiu um programa especial de parcelamento de débitos não tributários, como os decorrentes de autos de infração. E outras novidades, como as possibilidades de incluir no acordo impostos que não chegaram a ser declarados anteriormente pelas empresas, bem como o pagamento das dívidas com precatórios.

Leia também: Com serviço em alta, emprego no Paraná tem o melhor desempenho em 4 anos

A parte mais problemática, no entanto, é o prazo. As empresas têm que aderir ao acordo antes de 20 de fevereiro. Ainda assim, especialistas recomendam que as empresas corram para avaliar a adesão que, na maioria dos casos, é bastante benéfica.

"As condições são favoráveis e imperdíveis", avalia o advogado tributarista Fabio Grillo. Ele destaca que, com a possibilidade de quitar também os débitos não tributários, muitas empresas podem economizar muito ao encerrar processos que geram despesas de manutenção com assistência jurídica e contábil. "Esses processos podem ser eliminados a um custo relativamente barato", afirma.

Pessoas jurídicas com valores em aberto perante o fisco estadual ficam inscritas no Cadastro Informativo Estadual (Cadin), uma espécie de lista negra que as impede de receber valores de bancos de fomento, eventuais benefícios fiscais e participar de regimes especiais de importação e exportação. Grillo lembra que elas perdem, ainda, o direito de emitir Certidão Negativa de Débitos perante o estado, documento essencial para participar de licitações públicas.

O advogado e contador Cláudio Batista recomenda que as empresas que pretendem aderir ao programa corram para quitar os impostos declarados a partir de outubro de 2018 - essa é uma das condições para adesão. "Foi uma jogada interessante do governo para fazer caixa", explica.

Quanto à possibilidade de quitar débitos não tributários que estejam em discussão judicial ou administrativa, Batista recomenda que as empresas avaliem, com seus advogados e contadores, a possibilidade de êxito. "Se for baixa, vale a pena [incluir no acordo]", conclui.

Retomada

O setor produtivo está aliviado com o lançamento do programa. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que participou junto com o G7 (grupo que reuniu instituições do setor produtivo paranaense) das conversas com o Poder Público, acredita que as empresas que se endividaram durante a crise poderão retomar o crescimento após fecharem seus acordos no programa.

Campagnolo classifica como "suprassumo" da lei a possibilidade de incluir as dívidas não tributárias, bem como de usar precatórios nos pagamentos. "Era uma reivindicação do setor produtivo. Então as empresas não podem perder essa oportunidade", ressalta.

Para o presidente da Fiep, não faz sentido o temor de que as medidas acabem desestimulando as empresas que pagam os tributos em dia. "Esse normalmente é um coro que vem dos técnicos e consultores. Dificilmente são os empresários que dizem isso. Temos um regime tributário perverso. As empresas não se endividam por má vontade", defende.

Potencial de R\$ 5,5 bilhões arrecadados

De acordo com informações fornecidas pela Receita Estadual para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em novembro de 2018, quando da tramitação do projeto de lei que autorizou o programa, o estoque da Dívida Ativa que poderia ser beneficiado pelo projeto é de aproximadamente R\$ 28,2 bilhões. No documento enviado à Alep, o governo informou que trabalhava, no entanto, com um potencial de adesão de R\$ 5,5 bilhões.

Some-se a isso, ainda, o valor de cerca de R\$ 8,6 bilhões referentes a autos de infração que ainda não foram inscritos na Dívida Ativa. São mais de 30 mil contribuintes envolvidos, e cerca de 300 mil débitos.

Já a dívida do Estado com os precatórios está estimada em R\$ 9,3 bilhões. Para o exercício de 2019, o Governo do Estado reservou R\$ 1,35 bilhão para a quitação deste tipo de dívida. O dado é de novembro de 2018.

Em comunicado, a Sefa-PR informou que na elaboração do projeto considerou "as dificuldades enfrentadas pelos contribuintes paranaenses, decorrentes da desaceleração econômica observada nos últimos exercícios, acentuadas nos últimos meses, e a necessidade de ofertar às empresas paranaenses condições para que possam concorrer adequadamente no mercado".

Condições:

O contribuinte pode recolher o crédito tributário de quatro formas diferentes:

- em parcela única, com a redução de 80% do valor da multa e 40% dos juros
- em até 60 parcelas mensais reduzindo 60% da multa e 25% dos juros
- em até 120 parcelas, com redução de 40% na multa e 20% nos juros
- em até 180 parcelas, com desconto de 20% no valor da multa e 10% nos juros

O recolhimento em parcela única deve ser feito até 24 de abril de 2019 às 18h.

Os parcelamentos que já estejam em curso podem ser rescindidos para que ocorra outro parcelamento nos novos termos.

Débitos não tributários inscritos em dívida ativa até 31/12/2017 poderão ser pagos da seguinte forma:

- em parcela única, com a redução de 80% do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal
- em até 60 parcelas mensais com a redução de 60% do valor atualizado dos encargos
- em até 120 parcelas mensais com a redução de 40% do valor atualizado dos encargos

Como aderir:

- Pelo site da Secretaria da Fazenda do Paraná, com identificação autenticada do devedor.
- Na impossibilidade de identificação autenticada, o pedido deverá ser protocolado na Agência da Receita Estadual do domicílio tributário do interessado.

Salário mínimo no Paraná tem reajuste! Veja para quanto foi e quando começa a valer

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 26-01-2019)

O salário mínimo regional do Paraná vai variar de R\$ 1.306,80 a R\$ 1.509,20. As novas faixas entram em vigor a partir do próximo dia 1º de fevereiro, quando será assinado o decreto que formaliza o reajuste. Os novos valores foram anunciados nesta sexta-feira (25) pelo governo do Paraná e permanecem acima do mínimo nacional, que é de R\$ 998,00.

Em 2018, o piso local ficava entre R\$ 1.247,40 a R\$ 1.441,00. O reajuste de 4,71% foi referendado nesta semana por um conselho tripartite, que tem a participação de representantes do poder público, de empregados e empregadores. As informações são do governo do Paraná.

Na categoria dos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, o piso sobe para R\$ 1.306,80. Para o segundo grupo, no setor de serviços administrativos, serviços gerais, de reparação e manutenção e vendedores do comércio em lojas e mercados, o piso chega a R\$ 1.355,20.

Esta categoria engloba também a classe de trabalhadores domésticos. Empregados na produção de bens e serviços industriais terão piso de R\$ 1.403,60. Para o quarto grupo, na categoria de técnicos de nível médio, o piso passa para R\$ 1.509,20.

O salário mínimo regional no Paraná foi implantado em 1º de maio de 2006. Desde 2017, a data-base vem sendo reajustada pelo mesmo percentual aplicado para o salário mínimo nacional.

Robôs ameaçam 54% dos empregos formais no Brasil

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Até 2026, 30 milhões de vagas poderiam ser fechadas, de acordo com estudo inédito que avaliou 2.602 ocupações

A possibilidade de ser trocado por um robô ou um programa de computador põe em risco 54% dos empregos formais no país, mostra estudo inédito feito com dados brasileiros.

Até 2026 seriam fechados 30 milhões de vagas com carteira assinada, se todas as empresas decidissem substituir trabalhadores humanos pela tecnologia já disponível —o número leva em conta a tendência de contratações para as ocupações mais ameaçadas.



Robô YOUNI, da fabricante suíça ABB, em ação na fábrica da Unilever; com sensores, consegue avaliar as dimensões do desodorante e gerar relatórios para melhorar o processo - Eduardo Knapp/Folhapress

Feito pelo Laboratório de Aprendizado de Máquina em Finanças e Organizações da UnB (Universidade de Brasília), o trabalho avaliou as 2.602 ocupações brasileiras.

Considerando os trabalhadores com carteira assinada no fim de 2017 (segundo a Rais, do Ministério do Trabalho), cerca de 25 milhões (57,37%) ocupavam vagas com probabilidade muito alta (acima de 80%) ou alta (de 60% a 80%) de automação.

Entram nessas categorias engenheiros químicos (96%), carregadores de armazém (77%) e árbitros de vôlei (71%), por exemplo.

Para calcular a probabilidade de automação num prazo de dez anos, foram consultados 69 acadêmicos e profissionais de aprendizado de máquina (campo da inteligência artificial em que computadores descobrem soluções por conta própria depois de analisar decisões prévias).

A partir das avaliações desses especialistas, os pesquisadores usaram técnicas de análise das descrições das ocupações, para associar os riscos.

O aprendizado de máquina potencializa a automação, porque permite substituir não apenas tarefas repetitivas e mecânicas como as de ascensorista ou digitador (acima de 99%). Diagnósticos de lesão de pele com base em fotografias já são feitos em menos tempo e com mais precisão que os realizados por humanos.

A “tropicalização” do estudo é um primeiro passo, e as estimativas ainda precisam ser refinadas e aprofundadas, diz o professor da UnB Pedro Henrique Melo Albuquerque. E a probabilidade de automação não significa que, na prática, o humano perderá lugar.

Um dos gargalos, observa Albuquerque, é que o aprendizado de máquina se alimenta de fonte farta de dados de qualidade, raramente disponível em empresas de países em desenvolvimento.

Outra limitação é econômica. Automações virtuais —como implementar um software para fazer laudos de exames de laboratório— requerem investimento muito inferior ao de comprar robôs para um lava-jato, por exemplo.

Mesmo quando a tecnologia existe e é acessível, a substituição pode não ser viável. É o caso de uma das ocupações mais ameaçadas, a taquigrafia (99,55% de probabilidade de automação), cujos profissionais usam códigos para anotar até 120 palavras por minuto, depois “traduzidos” em textos digitados.

Na teoria, programas de reconhecimento de voz dariam conta disso. Na realidade, eles cometem tantos erros que a recheagem toma mais tempo que a digitação, relata Emília Naomi Todo Liem, gestora de 13 taquígrafos da Assembleia Legislativa de São Paulo.

“Futuramente, se o número de acertos crescer, pode ser uma ferramenta útil para evitar lesões por esforço repetitivo. No momento, só faz perder a paciência”, diz ela.

Pressões políticas também influem. Em 2018, os Correios cogitaram extinguir um cargo que verifica manualmente cada pacote ou carta e os separa de acordo com o destino —o chamado operador de triagem e transbordo (75% de risco, segundo o estudo).

A automação, já usada por concorrentes, era considerada necessária para reduzir custos e manter a competitividade.

Trabalhadores em greve pressionaram, porém, e o cargo foi mantido, sem prazo para a extinção. Segundo a empresa, ela acontecerá quando os 14 mil operadores ainda em atividade se aposentarem ou “forem migrando para outras atividades compatíveis”.

Há casos em que a automação é implantada com sucesso, mas as vagas são mantidas. Operadores de caixa, por exemplo, têm 77% de probabilidade de serem substituídos por máquinas. Mas, apesar de já ter autoatendimento em 250 lojas no Brasil, a rede McDonald’s afirma que não há risco de demissões.

Segundo o vice-presidente de Comunicação da Arcos Dorados (dona da rede), David Grinberg, a tecnologia exige a presença de funcionários para orientar os clientes, e 70% deles ainda preferem fazer as compras nos caixas.

“Os atendentes serão sempre necessários, pois sabemos da importância do contato pessoal com o consumidor.”

O impacto sobre os trabalhadores também nem sempre é uniforme. Contadores (49%) ou advogados (76%) são ocupações com algumas funções facilmente automatizáveis (preencher relatórios, redigir petições), mas outras não —despachar com o juiz ou negociar acordos.

Esse é um dos pontos em que as informações disponíveis no Brasil dificultam a análise, observa o professor de economia do Insper Sérgio Firpo, que entre outros assuntos estudou mercado de trabalho e automação.

A classificação brasileira apenas lista habilidades necessárias. Para uma estimativa mais precisa, seria preciso pesquisar o tempo que os profissionais de fato dedicam a cada tipo de função, como na base americana O*Net.

Essa foi a fonte usada pelos economistas Carl Frey e Michael Osborne para estimar que a automação ameaça 47% dos postos de trabalho dos EUA —cuja metodologia a UnB procurou replicar.

As estimativas para a realidade brasileira ainda podem ser mais refinadas e detalhadas, concorda Pedro Albuquerque. O objetivo é embasar políticas públicas e decisões empresariais.

“Com mais análise, se antecipam potenciais elevações de desemprego em ocupações com alto risco, e é possível reorientar investimentos para formar profissionais nas que têm baixa propensão a automação e demanda crescente.”

Em geral, estão a salvo funções que envolvem criatividade e contato humano —babás, psicólogos e artistas são algumas que têm risco perto de zero.

Outro campo em que a procura por trabalhadores humanos deve crescer no futuro é justamente a dos cientistas e programadores ligados a inteligência artificial e aprendizado de máquina.

O texto para discussão será publicado nas próximas semanas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

28/01/2019 – Fonte: Gazeta do Povo

Com o surgimento de cases mais maduros de inovação aberta, indústria brasileira deve caminhar mais rapidamente para se conectar com startups e se inserir na nova economia

Um treinamento popular entre atletas de rugby consiste em empurrar um trenó carregado de pesos. Os primeiros metros são mais difíceis, mas conforme o atleta atinge uma velocidade constante, o exercício flui. O trabalho de tirar a indústria brasileira da inércia é semelhante.

A inovação 4.0 e a conexão com startups dá seus primeiros passos — mas ainda está longe de correr com velocidade. É algo restrito a grandes indústrias, que têm maior margem financeira para arriscar (e errar). E, ainda assim, somente àquelas mais afeitas a àquelas mais afeitas, ou que são mais pressionadas por mudanças.

No último ano, pipocaram iniciativas gestadas dentro de grandes indústrias. Por vezes em parceria com atores do ecossistema de inovação, como a Endeavor. E de setores industriais, como o recém-inaugurado Hub da Mineração, que congrega 18 das maiores mineradoras do Brasil.

Mas ainda é cedo para falar em tendência. "São os 'early adopters'", avalia Rodrigo Rodrigues, coordenador de inovação da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O termo se refere aos primeiros a adotar uma novidade ou tecnologia assim que ela surge, e que lideram sua implantação.

"Ainda é um movimento muito de nicho, das grandes, mas 70% da economia brasileira é de pequenas e médias; e ainda sequer temos early adopters entre as médias empresas".

Um processo importante é o de maior maturidade destes programas. Por muito tempo, e ainda hoje, o relacionamento com startups dentro das grandes empresas foi atribuição do Marketing, como construção de marca. Hoje, aos poucos, as corporações entendem que este é um caminho para otimização de processos e melhoria de produtividade.

Encerrado há cerca de um mês, o programa Startup Indústria, da ABDI, conectou 27 startups a 10 das indústrias mais inovadoras do país. A intenção era gerar cases. Mostrar que é possível inovar trazendo startups para o coração do processo produtivo de uma grande indústria.

Deu certo. O número de empresas inscritas já aumentou, no segundo edital, cujo prazo para cadastro se encerra nos próximos dias. E, o mais importante: algumas empresas de porte médio começam a se interessar pelo programa.

Mais do que isso, as participantes funcionam como uma vitrine. Se Natura, Embraer, BRF e Votorantim Cimentos conseguem abrir sua produção para trabalhar em parceria com uma empresa novata, "eu também posso repetir o feito". É o que a ABDI quer colocar na cabeça da liderança empresarial.

É uma lógica de espiral, em que os programas fomentam mudanças culturais no mercado. O Startup Indústria não é o único. A Endeavor, que trabalha com startups de alto crescimento, vem aumentando o número de projetos voltados para indústrias específicas, como a farmacêutica, de energia e de materiais de construção.

Os cases foram documentados, divulgados, e transformados em um guia — que ensina, do zero, como uma empresa pode agregar startups em sua produção. Confira uma versão resumida no final da matéria.

Inovação aberta

A conexão com startups não é o único caminho para inovação das indústrias. Mas é um bom termômetro para medir se estas empresas conseguem fazer a transição para a era da “inovação aberta”.

É uma lógica em que a inovação é feita mediante parcerias, o que pode significar diminuição de custos e ganhos de produtividade. Mas também implica em dividir os louros, inclusive com concorrentes, já que o processo inovador não fica circunscrito aos muros das empresas.

+ LEIA TAMBÉM: Shoppings chegam ao e-commerce com promessa de rapidez e integração entre on e offline

Algo avesso à tradição da indústria brasileira. “A necessidade fez com que as indústrias olhassem muito para dentro, avalia Beny Fard, da Spin Capital. Nas décadas de 1980 e 1990, impulsionados pelo controle de qualidade, as indústrias trouxeram para dentro do seu guarda-chuva o desenvolvimento de muitas soluções acessórias a sua atividade-fim.

Os departamentos de produção e desenvolvimento ganharam musculatura, mas muito voltados para dentro; ao passo que as cadeias de produção se alongaram, o que torna o planejamento (e incorporação de mudanças) um trabalho hercúleo.

Perfil de liderança

Com base em Jaraguá do Sul, polo industrial catarinense, a Spin Capital se especializou em orientar indústrias em seus processos de transformação digital. E a experiência mostrou que os processos de inovação aberta dependem muito de um papel ativo da liderança.

É um movimento que deve ocorrer de cima para baixo, acredita o CEO da Spin. “As inteligências de mercado têm mostrado que grandes conglomerados, corporações que não se adaptarem à nova economia vão perder fatias de mercado. Não necessariamente para startups, mas para concorrentes que adquirirem manadas de startups”, avalia.

O risco maior não é quebrar, como ocorreu com a Blockbuster (tornada obsoleta com a emergência do streaming), e sim ter sua margem de lucro exprimida. “O desafio maior da empresa não é manter-se viva, é manter-se lucrativa. E o lucro nunca esteve tanto nas mãos dos consumidores como neste momento da história”.

Próximos passos

Para o próximo período, a perspectiva é de que a conexão entre indústrias e startups ganhe tração — de forma acelerada. À conscientização da importância da inovação aberta mescla-se um processo competitivo, que instiga as corporações a implantarem processos inovadores robustos, para não ficarem para trás.

A tendência é que surjam programas mais maduros, focados em conexões que tragam ganhos de produtividade às indústrias, e que as auxiliem na transição para o mundo 4.0.

A evolução do ecossistema de startups brasileiro, que aos poucos ganha protagonismo mundial, contribui para isso. O país, que começou o ano de 2018 sem nenhum unicórnio (startup que vale mais de um bilhão de dólares), terminou com cinco.

Mas é um crescimento que ainda deve ficar restrito às grandes empresas. As menores ainda devem passar por toda a jornada de amadurecimento, que passa pelos primeiros

cases, a conscientização da liderança, o aumento do número de startups focadas neste público e de atores do ecossistema especializados em promover estas conexões.

Um desafio adicional, aqui, é a falta de dinheiro. Em indústrias pequenas e médias o cobertor é mais curto, o que implica em dar tiros mais certos, na hora de incorporar uma inovação. Nada fácil, em uma área em que arriscar para aprender com os erros é fundamental.

Uma forma de encurtar caminhos é seguir método. Confira abaixo um passo a passo para conexão entre startups e indústria, inspirado no guia de boas práticas da ABDI (confira o material original aqui).

Executivos planejam trabalhar após aposentadoria

28/01/2019 – Fonte: DCI

A maioria dos executivos do alto escalão não pensa em "pendurar as chuteiras" quando encerrarem seu ciclo tradicional de carreira. A maior parte deles (77,7%) planeja atuar em consultorias, conselhos de administração e empreendedorismo.

É o que revela levantamento realizado pela Page Executive, unidade de negócios do PageGroup, em parceria com a consultoria Angatu IDH. O estudo foi realizado com 400 executivos de 40 a 60 anos do alto escalão e que atuam em empresas de diversos setores e portes em todo o Brasil.

Foi perguntado a esse público se pretende fazer transição de carreira ou mudar de área no futuro. Aqueles que têm vontade, mas ainda não desenharam planos, representaram 44,8%. Um total de 21,6% também tem vontade e já desenharam seu plano. Outro grupo, de 11,4%, está executando a transição neste momento. Os que se declararam contrários a essa ideia somaram 22,2%.

Quando questionados a respeito dos projetos profissionais futuros, atuar como consultor foi a opção de 23,2% dos respondentes. Logo em seguida, com 22,9%, a possibilidade de participar de conselhos de empresas. Empreender foi a escolha de 19% enquanto outros 14,4% optaram por palestras ou lecionar. Ser investidor ou atuar em uma *startup* agrada 8,8% da amostra. Atuar no terceiro setor foi a escolha de 7% e, para 4,6%, continuar com vínculo empregatício.

A maioria dos profissionais pretende buscar novas oportunidades em seu pós-carreira, mas podem interromper esse desafio caso não estejam totalmente preparados para essa transição. O levantamento mostra que a falta de reserva financeira é a principal dificuldade para essa mudança, de acordo com 21,8%. Bem próximo, com 21,2%, escassez de oportunidades na área em que o profissional deseja atuar.

O receio de encarar os desafios propostos assusta 20,2%. A pretensão salarial superior ao praticado pelo setor de interesse é dificuldade para 17,4%. Para 8,4%, a qualificação exigida é superior ao conhecimento acumulado enquanto 8,1% sentem-se despreparados pessoal e profissionalmente para enfrentar os desafios. E, para 2,8%, falta apoio familiar.

Mesmo que optem pela nova fase, a maioria dos executivos acredita que ainda precisa trabalhar por mais tempo e dispor de uma reserva financeira confortável antes de optar por um novo modelo de carreira. Somaram 55,3% aqueles que pretendem trabalhar mais de 10 anos. Entre cinco e dez anos, 33,9%. De um a cinco anos, 9,9% e, até um ano, 0,9%.

Ainda segundo o estudo, 83,3% pretendem poupar recursos para até 20 anos enquanto 9,2% desejam dispor de garantias para até 15 anos e, para até 10 anos, 7,5%.

Mudanças no radar

"Com o ganho de longevidade e envelhecimento da população, a aposentadoria vai progressivamente deixar de existir", afirma o diretor executivo da Page Executive para a América Latina, Fernando Andraus.

Renato Bernhoeft, da Angatu IDH, comenta que desde a infância somos educados para que tenhamos uma carreira, sucesso e sejamos permanentemente produtivos. "E isto funciona relativamente bem até o momento de transição que se inicia na meia idade, por volta dos 45 anos. Quando se aproxima a fase de aposentadoria, em que as pessoas imaginam que desfrutar é seu único objetivo, defrontam-se com a dura realidade que não se prepararam para isto", diz.

GM faz pressão por incentivos para investir

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

A General Motors, líder em vendas de carros no País, busca apoio para um novo plano de investimentos na casa dos R\$ 10 bilhões, valor próximo aos R\$ 13 bilhões aplicados nos últimos cinco anos.

Dos governos, a empresa espera benefícios fiscais; dos fornecedores, redução de custos; dos concessionários, menos comissão nas vendas; e dos trabalhadores, corte de salários e dos benefícios. Sem essas "contribuições", a montadora ameaça deixar o País.

O valor do novo plano foi citado por sindicalistas que têm de explicar aos trabalhadores as razões de novos "sacrifícios" pedidos pela GM. Entre eles, estão redução do piso salarial e da participação nos resultados, terceirização em todas as áreas e aumento da jornada de trabalho.

Nem a empresa nem pessoas que participam das negociações confirmam oficialmente o valor do novo investimento. O prefeito de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior, afirma apenas que "o novo ciclo representará garantia de, pelo menos, mais dez anos de funcionamento da planta na região".

A discussão sobre os rumos da montadora começou no dia 18, quando o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, enviou carta aos funcionários dizendo que a situação do grupo depende da volta, ainda este ano, da lucratividade da operação, que está negativa desde 2016.

Na carta, ele reproduz texto em que a presidente mundial da companhia, Mary Barra, demonstra estar insatisfeita com os resultados da América do Sul (Brasil e Argentina). "Não vamos continuar investindo para perder dinheiro", disse ela.

Zarlenga disse que um plano para viabilizar investimentos na região foi entregue à matriz. "Do sucesso desse plano dependem os investimentos da GM e o nosso futuro."

Na semana passada, Zarlenga iniciou encontros com dirigentes sindicais das fábricas de São Caetano do Sul e São José dos Campos, ambas em São Paulo. O grupo tem mais três fábricas, uma de carros em Gravataí (RS) e duas de autopeças em Mogi das Cruzes e Joinville (SC).

Na terça-feira, 29, será a vez de encontro com fornecedores, de quem Zarlenga espera redução de preços. Dos concessionários já teria obtido corte de 1 ponto porcentual da comissão das vendas.

O prefeito Auricchio diz que está previsto para dezembro o início da produção de um SUV na fábrica de São Caetano, possivelmente a nova Tracker. "A empresa tem novos investimentos definidos, mas precisa saber se tem a garantia dos quatro pilares

(governos, sindicatos, concessionárias e fornecedores) que devem trabalhar de forma sincrônica e harmônica”, diz.

“Com a conclusão de tudo isso haverá o anúncio positivo dos investimentos”, afirma Auricchio. Segundo a Secretaria Municipal de Fazenda, dados preliminares indicam que, do repasse total de ICMS recebido no ano passado, 24% (R\$ 80 milhões) foram de responsabilidade direta ou indireta da GM. Em relação ao ISS, a montadora recolheu R\$ 6,5 milhões, 3% do total.

Em São José dos Campos, onde a GM é a terceira maior empresa – atrás da Revap e da Embraer -, o secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Alberto Marques Filho, diz que “a empresa tem intenção de produzir novos veículos em 2023 e, para isso, teria de fazer investimentos para preparar as linhas a partir deste ano”.

Segundo Marques, o município se dispõe a suspender a cobrança de ISS e IPTU da GM, “mas primeiro queremos saber que investimento será destinado à cidade para então avaliarmos prazos e se a renúncia será total ou parcial”.

Do governo do Estado, a GM espera receber créditos acumulados de ICMS, retidos há quatro anos. O imposto é pago pelas empresas nas exportações e deveria ser devolvido em forma de crédito a ser descontado de outros impostos. Só as montadoras têm mais de R\$ 5 bilhões retidos, dizem fontes do setor.

No ano passado, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo informou que tinha um calendário para a devolução que iria até 2020. Em 2018, seriam devolvidos R\$ 1,2 bilhão às montadoras. Na sexta-feira, o órgão disse que devolveu no ano passado R\$ 770 milhões e não informou quando vai liberar os outros R\$ 430 milhões.

Sindicatos

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul realiza nesta terça assembleia com os cerca de 8 mil trabalhadores da fábrica da GM. Pouco mais da metade deles, todos da área produtiva, estava em férias coletivas desde 23 de dezembro e retorna nesta segunda-feira.

Segundo o presidente do sindicato, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, as férias foram para preparar a fábrica para a produção de novos veículos.

“Será uma assembleia para informar o que a empresa está propondo”, diz Cidão, que na semana passada participou de duas reuniões com a montadora. Ele não adianta as propostas da empresa, mas diz que os funcionários já contribuíram muito no acordo fechado em 2017, quando a empresa também ameaçava sair da cidade. A unidade produz os modelos Onix Joy (antigo), Spin, Cobalt e Montana.

“Não vamos aceitar mais flexibilização do que já fizemos”, diz Cidão. Pelo acordo anterior houve, por exemplo, redução do piso salarial, do adicional noturno e suspensão de reajustes pelo INPC. A maioria desses itens consta da proposta entregue pela GM ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos na semana passada. O vice-presidente da entidade, Renato Almeida, também afirma que os mais de 4 mil trabalhadores já fizeram sacrifícios em troca de promessas não cumpridas.

Ele cita um investimento de R\$ 2,5 bilhões e a produção de novos veículos prometida há quatro anos e que não se concretizou. Nesta segunda-feira, 28, o sindicato tem nova reunião com a empresa. “Queremos saber o que de fato será feito e que garantias teremos desta vez.” Em São José são produzidos a picape S10 e o SUV Trailblazer, além de motores e componentes. É a fábrica do grupo com maior ociosidade desde que a produção de carros menores foi desativada, em 2013.

Necessidade de subsídio diminui com melhor ambiente de negócios, diz secretário sobre GM

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-01-2019)

Orientação da nova equipe econômica será de priorizar ações de incremento de produtividade

O secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, afirmou nesta sexta-feira (25) que a necessidade de subsídios diminui num ambiente de negócios mais saudável e produtivo, ao ser questionado sobre a postura do governo federal em relação à situação da General Motors no país.

Como mostrou reportagem da **Folha**, Costa disse ao alto escalão da montadora que “se precisar fechar [a fábrica], fecha”, após ouvir relatos sobre a dificuldade de manutenção de atividades no Brasil e consequente risco de encerramento de operações.



O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF) - Pedro Ladeira/Folhapress

Procurado, Costa não comentou a frase ou o caso em particular. Mas indicou, via assessoria de imprensa, que a orientação da nova equipe econômica será de priorizar ações de incremento de produtividade ao em vez de oferecer socorro a empresas em particular.

“Com um ambiente de negócios mais saudável, a necessidade de eventuais subsídios diminui, fazendo com que as empresas se concentrem no desenvolvimento de suas atividades produtivas”, disse.

Em nota, a assessoria complementou que Costa “tem dito a representantes do setor privado, com quem se reúne rotineiramente, que é preciso tornar o Brasil um país mais produtivo e competitivo, retirando os entraves que os impedem de produzir mais e melhor”.

A GM está em negociações avançadas com o Estado de São Paulo para receber incentivos fiscais, disse a empresa a autoridades públicas e representantes de sindicatos em uma reunião na terça-feira, alguns dias após afirmar em memorando a trabalhadores que está perdendo dinheiro no Brasil.

Costa foi escolhido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ficar à frente da secretaria especial que herdou parte das atividades do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Recentemente, ele afirmou que o governo convocaria empresários para conversas em mesas executivas com o intuito de diminuir barreiras à atividade produtiva, tirando, por exemplo, o peso de regulações excessivas.

“Três coisas vão ser proibidas de ser discutidas: subsídio, proteção e mais gasto público”, disse à época.

Representantes da GM no Brasil não puderam ser contatados para comentar o assunto. A montadora norte-americana encerrou 2018 na liderança de vendas de automóveis e comerciais leves no país, com vendas de 434,4 mil veículos, um crescimento de 10 % sobre o volume emplacado em 2017.

Em negociações com trabalhadores de sua fábrica em São José dos Campos (SP) nesta semana, a GM propôs nova grade salarial para toda a unidade, progressão salarial com congelamento em 2019 e nova tabela salarial, além de cortes em benefícios aos funcionários, segundo o sindicato local.

Após ameaça, GM nega saída do País, diz negociar próximo investimento

28/01/2019 – Fonte: CIMM

Empresa vai apresentar propostas diferentes para cada fábrica

Ganhou corpo a teoria de que a ameaça da GM de deixar País não passou de estratégia para forçar e facilitar negociações de cortes de custos com trabalhadores e fornecedores, além de obter benefícios do Estado.

O tom foi bastante amenizado em reunião na manhã da terça-feira, 22, com representantes de sindicatos e prefeitos de São Caetano do Sul e São José dos Campos, onde ficam as duas plantas de produção de veículos da empresa no Estado de São Paulo.

O presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, negou o fechamento de fábricas na região e disse que a empresa quer negociar o próximo ciclo de investimentos em suas diversas unidades no Brasil, segundo relataram participantes do encontro de fora da GM, pois a empresa se nega a dar qualquer informação oficial.

A reunião aconteceu na fábrica de São José dos Campos (que ficou de fora da maior parte dos investimentos da GM nos últimos anos), sob o clima pesado causado pela informação, até então não desmentida, de um e-mail enviado por Zarlenga na sexta-feira, 18, aos funcionários (com clara intenção de vazar o conteúdo à imprensa) relatando altos prejuízos no Brasil e Argentina que precisavam ser estancados este ano, sob pena de a empresa sair da região – como já aconteceu na Europa, onde a empresa em 2017 vendeu a Opel à PSA, além dos recentes anúncios de fechamentos de fábricas, uma na Coreia do Sul, quatro nos Estados Unidos, uma no Canadá e a promessa de encerrar atividades em outras duas fora da América do Norte.

O executivo confirmou o duro processo em curso de reestruturação global da companhia, mas disse aos prefeitos e sindicalistas que está mantido o plano atual, anunciado em 2015, com o investimento de R\$ 13 bilhões (não comprovados) de 2014 a 2019, para a produção no Brasil de recentes nova família de carros que começa a ser lançada este ano (novos Onix, Prisma e Tracker), com a consequente modernização das fábricas de São Caetano e Gravataí (RS), onde estes modelos serão produzidos, e a introdução de novos motores fabricados em Joinville (SC).

Com o natural alívio causado por essa explicação, Zarlenga foi adiante com sua estratégia, ficou então à vontade para pedir mais, tirou um problema da sala para introduzir outro: disse que o problema está no próximo ciclo de investimentos, para além de 2020 até 2023, que necessariamente precisará seguir a mais recente orientação da matriz nos Estados Unidos, de produzir mais com menos, de investir só em regiões e produtos rentáveis. Para isso, informou o executivo, a empresa busca negociar com funcionários, fornecedores, governo e distribuidores programas de redução de custos em todos os níveis.

“Foi uma conversa franca e clara. O momento que a GM passa é delicado. Acompanhamos os últimos movimentos da GM global, com fechamento de fábricas.

No Brasil, existe a oportunidade de investimento, mas São José dos Campos, São Caetano e o Brasil têm que fazer a lição de casa”, afirmou à Folha de S.Paulo o prefeito de São José, Felício Ramuth, após sair da reunião.

Já o prefeito de São Caetano, José Auricchio Jr., disse à Folha que o novo programa de investimento da GM no Brasil poderia ser iniciado na fábrica de São Caetano entre 2021 e 2022, e entre 2022 e 2023 na unidade de São José, “desde que exista êxito nesse novo estudo de investimentos”, afirmou. Seria, segundo o prefeito, um ciclo mais curto, focado em produtos consolidados.

Cortes e benefícios

Os concessionários Chevrolet parecem terem sido os primeiros a sofrer cortes: confirmaram que já perderam um ponto porcentual da comissão de venda, que teria caído da média de 5% para 4%. Fornecedores também estão esperando por pedidos de redução de custos.

Na frente governamental, Zarlenga já esteve com o governador de São Paulo, João Dória, em busca de alívios fiscais no Estado, fato confirmado pelo ex-ministro da Fazenda e atual secretário da Fazenda do Estado, Henrique Meirelles – que foi contra o programa de incentivos federal para a indústria automotiva, o Rota 2030, aprovado no fim de 2018. Meirelles disse ao jornal Valor Econômico que descontos e simplificações tributárias estão em negociação com a GM e outras medidas serão discutidas no âmbito do Confaz, por afetar políticas industriais e tributárias de outros estados.

Agora começam as negociações com cada unidade. A reunião com representantes sindicais de São José foi feita na própria terça-feira à tarde. Já está marcado encontro com o sindicato de São Caetano às 9h da quarta-feira, 23. E na próxima semana a GM já marcou o mesmo tipo de conversa em Gravataí.

De acordo com informações preliminares, a meta da montadora é cortar custos de produção e tentar trazer um novo carro para ser produzido em São José dos Campos, mas a empresa teria dito serem inviáveis os custos da planta para a produção de um modelo popular. Após impasse em negociações sempre conflituosas com o sindicato local, a fábrica ficou de fora dos investimentos de R\$ 13 bilhões. Atualmente, emprega cerca de 4,8 mil pessoas e produz a picape S10, o SUV Trailblazer, além de motores e transmissões em fim de ciclo de vida.

O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos afirmou que as propostas apresentadas pela empresa serão submetidas em assembleia com os empregados da fábrica na entrada do primeiro turno da quarta-feira, 23, por volta das 5h30. Em nota, a entidade informa que “posicionou-se contra qualquer plano que envolva demissões e flexibilização de direitos”. Segundo o vice-presidente do sindicato, Renato Almeida, uma das reivindicações já colocadas sobre a mesa na reunião com Zarlenga foi a garantia de estabilidade no emprego para todos na fábrica.

“Somos contra a reestruturação e não aceitaremos que os trabalhadores paguem esta conta com seus empregos. A GM é líder de mercado e não há qualquer motivo que justifique o fechamento de fábricas, como vem sendo anunciado”, afirmou Renato Almeida, do sindicato de São José dos Campos.

Servidores articulam no Congresso lobby contra reforma da Previdência

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Servidores públicos retomaram as articulações para defender interesses próprios nas negociações da reforma da Previdência. Mesmo sem o governo ter apresentado a proposta, entidades do setor querem procurar o líder do governo na Câmara, Major

Vitor Hugo (PSL-GO), deputado de primeiro mandato e consultor legislativo concursado.

O lobby do funcionalismo é um dos mais atuantes no Congresso. "É o mais poderoso, 90% dos pedidos de audiência que recebi eram de servidores: Judiciário, Executivo, delegados, Receita Federal", diz o relator da proposta de reforma da Previdência do governo Temer, deputado Arthur Maia (DEM-BA).



Congresso Nacional; desde a semana passada, diversas associações e sindicatos têm se reunido e discutido a estratégia para o debate - Walterson Rosa/Folhapress

Desde a semana passada, diversas associações e sindicatos têm se reunido e discutido a estratégia para o debate. Apesar de tentarem um canal de comunicação com a equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro, as raras conversas se concentraram durante a transição, no fim do ano passado.

O time do ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda uma proposta de reforma para elevar gradualmente a idade mínima para que servidores se aposentem, com um período de transição, equiparar as regras entre os setores público e privado e restringir o acúmulo de aposentadoria e pensão para quem ainda vai pedir os benefícios.

Esses pontos, que já estavam previstos no desenho de Temer, ainda estão sendo fechados pelo ministro com o presidente, mas já despertam preocupação das entidades que representam o funcionalismo.

Atualmente, a idade mínima para que servidores federais se aposentem, válida para quem entrou no sistema a partir de 2003, é de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Uma das ideias em análise pela atual equipe econômica estabeleceria, pelo menos, 65 anos, para homens, e 62 anos (mulheres), seguindo a proposta de Temer após discussões no Congresso.

Lideranças dos funcionários públicos reconhecem a necessidade de mudanças nas regras da Previdência Social, mas defendem uma idade mínima mais baixa e um período de transição mais suave para evitar prejuízos a quem está para se aposentar. "Queremos apresentar as ideias que temos para o Brasil.

Tentaremos também o governo, a Casa Civil, não há dúvida. Mas, desde logo, vamos buscar a liderança do governo na Câmara, o que não deixa de ser um contato com o governo", disse o presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano.

Ele também é coordenador da Frente (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público), que reúne ainda representantes de servidores do Ministério Público, Procuradores e Juizes.

Nos últimos dias, as conversas entre entidades de funcionários do Judiciário, do Executivo e do Legislativo se intensificaram. O objetivo é traçar uma estratégia conjunta para acompanhar a reforma.

“É necessário ajuste no sistema como um todo. Estamos, em certa medida, dispostos a dar nossa cota de sacrifício para a reforma, mas queremos uma transição razoável, que não olhe só o lado das despesas, mas que busque incrementar o sistema com receitas”, afirmou o presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques.

O fórum reúne 31 sindicatos e associações, de auditores fiscais a delegados da Polícia Federal, e representa cerca de 200 mil funcionários públicos.

Risco de segurado entrar no novo pente-fino é maior

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Programa antifraude pode buscar falhas em cadastros oficiais pouco explorados em revisões do INSS

As [regras do pente-fino](#) da gestão Jair Bolsonaro em [benefícios do INSS](#) abrem possibilidades para que o governo revise em larga escala situações que hoje são analisadas apenas de forma pontual. Ao anunciar o seu programa antifraude, o governo federal deixou claro que buscará indícios de irregularidade com base em informações dos cadastros oficiais.

O cruzamento desses dados poderia revelar ao menos sete situações que justificariam a suspensão da renda, caso o segurado não apresente defesa, segundo a presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Adriane Bramante.

No caso de benefícios por incapacidade, são três as situações suspeitas: aposentados por invalidez que prestaram serviço autônomo ou, ainda, que obtiveram emprego formal. Também podem entrar na mira beneficiários cujas perícias ou exames e laudos médicos apontem que a incapacidade teve início em período em que não havia carência.

O cruzamento de informações de um só cadastro, o Cnis (cadastro de contribuições), pode revelar outras três inconsistências: aposentados rurais com contribuições urbanas coincidentes com a atividade agrícola; benefício assistencial pago a grupo familiar com renda incompatível e ausências de vínculos de emprego.

A última hipótese com risco para o segurado prevista pela especialista é a reavaliação de laudos de tempo especial por atividade insalubre.

“A medida provisória que cria o pente-fino não detalha quais situações serão caracterizadas como prova antecipada de irregularidade, mas abre muitas possibilidades de revisão”, diz.

Documento original evita corte da renda

A guarda cuidadosa dos documentos apresentados ao INSS no momento do pedido de benefício é a principal forma de prevenção contra eventuais injustiças cometidas pelo pente-fino.

“É comum o beneficiário achar que, depois de aposentado, ele não vai mais precisar da carteira profissional ou dos carnês pagos”, diz a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

“É um erro grave porque isso será importante na revisão.”

Para validar períodos de contribuição ausentes do Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais), o INSS exige documentos contemporâneos produzidos na mesma época em que ocorreu o recolhimento.

A carteira profissional original, por exemplo, é prova do tempo contribuído. A falta desse documento exigirá a apresentação de uma série de papéis nem sempre fáceis de serem obtidos, como a ficha de registro do profissional na empresa, acompanhada de declaração assinada pelo empregador.

A defesa poderá ser ainda mais difícil para convocados pelo pente-fino nos benefícios por incapacidade, principalmente para aqueles que estavam isentos do exame pericial e que agora serão chamados, como é o caso dos aposentados por invalidez com idades entre 55 e 59 anos e que recebem o benefício há mais de 15 anos.

Uma regra de 2017 que impedia a reavaliação desses beneficiários foi revogada pela medida provisória 871, a mesma que instituiu o novo pente-fino.

Para esses beneficiários a saída é retomar o tratamento — no caso de não estarem sob acompanhamento médico — e renovar laudos e exames de laboratório, orienta a coordenadora jurídica do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados), Tonia Galleti. “Eles precisarão de laudos e exames médicos para comprovar a incapacidade”, diz.

O que muda

O novo pente-fino da [Previdência](#) poderá alcançar uma ampla variedade de beneficiários. Antes, as revisões estavam concentradas em auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. Agora, o INSS vai procurar falhas nas concessões de praticamente todos os tipos de benefícios.

O que será avaliado

Analistas da Previdência vão reavaliar cadastros de beneficiários com algum indício de fraude. Algumas dessas suspeitas podem ser consideradas como prova antecipada de irregularidade.

O governo não disse exatamente que tipo de informação cadastral levará o benefício à revisão. Especialistas consultados pela reportagem apontaram os casos que poderão entrar no pente-fino:

- **Inválido com renda:** aposentados por invalidez só recebem esse benefício porque não podem trabalhar. O pente-fino vai procurar saber se pessoas nessa situação têm atividade remunerada. O recebimento de uma renda pode, eventualmente, provar que não há invalidez
- **Incapacitado volta ao trabalho.** O segurado que recebe benefício por incapacidade precisa de alta para voltar ao trabalho. O pagamento será irregular se o segurado voltar a receber salário enquanto estiver afastado
- **Emprego não está no cadastro**
Vínculos de emprego e recolhimentos ao INSS são registrados no Cnis (cadastro de contribuições), mas é muito comum que, por diversos motivos, períodos de contribuição não constem no cadastro. Nesse caso, a concessão pode ter sido feita exclusivamente com informações da carteira profissional. Se o documento não foi digitalizado nem há cópia em papel arquivada, há risco de o benefício ser revisado
- **Contestação do tempo especial**
A aposentadoria é antecipada para o trabalhador constantemente exposto a risco na sua atividade. Os formulários utilizados para comprovar o tempo especial devem preencher critérios técnicos. Não há nada que impeça o órgão de reavaliar esses documentos para buscar eventuais erros
- **Doença surgiu antes da carência**
O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez têm carência de 12 contribuições mensais. Não há direito quando a incapacidade aparece antes de o segurado completar

os pagamentos. A irregularidade pode ser apontada por laudos e perícias antigas ou até afirmações do segurado

- **Benefício assistencial a famílias com renda**
O BPC/Loas (benefício assistencial) é concedido ao idoso ou deficiente de baixa renda. Para ter direito, a renda por pessoa da família deve ser menor que 1/4 do salário mínimo. O pente-fino poderá rastrear se os membros da família que moram na casa têm renda. Para isso, o INSS vai cruzar informações de cadastros mantidos pelo governo, como o Cnis
- **Contribuição urbana do trabalhador rural**
A aposentadoria por idade sai cinco anos mais cedo para quem tem 15 anos de atividade rural; contribuições urbanas feitas no período alegado como rural poderão ser provas de irregularidade

Atenção aos prazos

O INSS notificará o beneficiário, o seu representante legal ou o seu procurador. O prazo para apresentar a defesa será de dez dias após a notificação. O benefício será suspenso na hipótese de não apresentação da defesa no prazo de dez dias.

Corte do benefício

O INSS vai suspender os pagamentos nos casos em que não tenha sido possível realizar a notificação do beneficiário. O benefício também será suspenso se o órgão considerar a defesa insuficiente ou improcedente.

Recurso

O INSS deverá notificar o beneficiário quanto à suspensão do benefício e dará 30 dias para o recurso. Passados 30 dias após a suspensão, o segurado que não apresentar recurso terá o benefício cessado. Nesse caso, o pagamento do benefício poderá ser reativado mediante apresentação da defesa, até a conclusão da análise.

Prepare-se para defender seu direito

Ser incluído no pente-fino não quer dizer que o benefício será cancelado. Mas é provável que o beneficiário precise prestar esclarecimentos.

Documentos

O direito de manter o benefício costuma ser provado por documentos. A papelada pode variar conforme o tipo de benefício a ser reavaliado. Mesmo quem está aposentado deve guardar com cuidado esses papéis.

Em caso de revisão, eles podem evitar o cancelamento da renda. Veja exemplos de comprovantes do direito do segurado ao benefício:

Aposentadorias comum, especial e rural

- **Carteira profissional**
A carteira profissional com as anotações originais dos patrões é prova do tempo de contribuição
- **Ficha de registro do funcionário.**
Quem não tem a carteira profissional original pode precisar de outras provas contemporâneas. A cópia da ficha de registro do funcionário na empresa ajuda a comprovar o tempo contribuído. Também é necessário apresentar declaração do empregador confirmando o vínculo de emprego
- **Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho**
O documento é entregue ao funcionário pela empresa no momento da demissão. O termo possui datas de início e fim do contrato e, por isso, comprova o vínculo
- **Prova de atividade rural.**
Se a atividade for anterior a 1991, basta alguma prova do serviço na propriedade da família. Pode ser um contrato de arrendamento ou declaração

de sindicato rural, por exemplo. Após 1991, o serviço rural também depende de contribuição ao INSS para ser validado

- Carnês
Cada Guia da Previdência Social é prova de um mês de recolhimento. As guias pagas devem ser guardadas, mesmo após a aposentadoria. Atenção: dois recolhimentos feitos no mesmo mês contam como um no cálculo do tempo de contribuição
- Decisão da Justiça do Trabalho.
O vínculo de emprego obtido na Justiça do Trabalho é contado como tempo de contribuição. A comprovação do direito é realizada por meio da cópia do processo judicial finalizado
- Serviço público.
Quem trabalhou no serviço público pode ter averbado esse período para se aposentar no INSS. A transferência é comprovada por CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) emitida por órgão público
- Aluno-aprendiz.
A atividade é considerada tempo de contribuição nos casos em que o aluno recebia pagamento. É preciso pedir a Certidão de Tempo de Aluno-Aprendiz à escola onde a atividade foi exercida
- Serviço militar .
O período de serviço às Forças Armadas conta para a aposentadoria. É necessário apresentar ao INSS o Certificado de Reservista
- Formulário de tempo especial
Quem se aposentou com tempo especial por insalubridade prova o direito de duas formas:
 - até abril de 1995: o tempo especial é comprovado pela profissão registrada na carteira profissional-
 - após abril de 1995: é necessário apresentar formulários técnicos confirmando a exposição ao risco à saúdeDesde janeiro de 2004, o formulário adotado é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Para períodos anteriores, outros formulários são válidos, como o Dirben-8030 e o SB-40

Aposentadorias por invalidez e auxílios-doença

- A manutenção do benefício por incapacidade depende de análise da perícia do INSS: ao ser convocado para o exame, o beneficiário precisará ter em suas mãos laudo médico descrevendo o problema de saúde e exame médico com o diagnóstico da doença

Fique atento: para ser aceito pelo perito, o laudo do médico deverá: ser legível, estar sem rasuras, conter nome do paciente, informar o CID da doença, estar assinado e carimbado e detalhar tratamento e sintomas. A documentação médica (laudo e exames) deve ser recente.

Renegociação de Itaipu pode elevar conta de luz Conta de luz não terá cobrança extra em fevereiro

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-01-2019)

Enquanto Paraguai contrata consultoria internacional, Brasil segue despreparado para negociar, dizem especialistas

Após quase 50 anos de parceria entre Brasil e Paraguai, caberá ao governo de Jair Bolsonaro (PSL) a missão de renegociar o contrato da usina hidrelétrica de Itaipu, a segunda maior do mundo e responsável por 15% de toda a energia consumida no Brasil.

As conversas prometem ser duras, e o resultado poderá afetar a conta de luz dos brasileiros e, no extremo, a oferta de energia do país. Pelo acordo, o Paraguai tem direito a metade da produção da usina.

Especialistas ouvidos pela **Folha** contam que o governo brasileiro hoje está despreparado para iniciar um diálogo. O Paraguai, porém, vem se municando há anos para a negociação.

Contratou a consultoria do economista americano Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, ativista na defesa de países emergentes mais pobres. Sachs, numa palestra no fim de 2018, defendeu que o Paraguai deveria investir em linhas de transmissão para vender a energia de Itaipu e ampliar os lucros com sua riqueza energética.

O governo paraguaio também ofereceu oficinas para ensinar técnicas de negociação a seus representantes na área de energia. Um deles era baseado no método Harvard.

Há anos, o Paraguai consegue ampliar os benefícios dentro do tratado, sempre com o argumento de que o Brasil é maior, mais rico e tem uma dívida histórica com o país vizinho por causa da guerra de 1864. Neste momento, por exemplo, reivindica que seja incluída no escopo de obras sociais financiadas por Itaipu banda larga para todo o país.

O Tratado de [Itaipu](#) foi firmado em 1973 e prevê revisão de cláusulas financeiras até 2023. O prazo não é tão confortável como pode parecer, afirmam especialistas. Para alguns deles, a negociação precisaria ser concluída até o fim deste ano.

A questão central é como ficará o preço da energia vendida pela usina. A percepção é que o Paraguai tentará pressionar a tarifa para cima.

Outro temor é que o país vizinho tente alterar as regras para vender a sua energia excedente, hoje cedida ao Brasil, a outros parceiros, como Argentina, Chile ou Bolívia. O contrato define que cada país tem direito a 50% da geração. No entanto, o Paraguai consome uma pequena parcela e vende o restante ao Brasil —que, em 2018, o ficou com 84% da energia total.

Em tese, o Paraguai não pode alterar essa regra na revisão de 2023, diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. O objetivo da renegociação será o chamado anexo C, que trata de cláusulas financeiras —não da partilha da energia.

No entanto, o próprio governo brasileiro reconhece que, iniciada a discussão, tudo pode ir para a mesa. Atualmente, o Paraguai tem apenas uma linha de transmissão para escoar energia a outro país, para a Argentina.

Como Buenos Aires vive uma das piores crises da história, não há demanda que represente risco ao Brasil. No entanto, especialistas consideram que o Paraguai pode criar outras alternativas. Uma delas seria fazer uma aliança com a Bolívia, trocando gás por eletricidade.

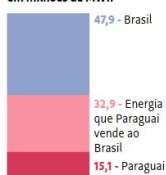
Também poderia encampar as sugestões de interligação energética do continente, defendida por organismos como a CAF (Corporação Andina de Fomento), que poderia financiar uma expansão de linhas de transmissão, caso o Paraguai decidisse vender a energia de Itaipu a terceiros.

Há ainda a opção de ampliar o consumo interno para atender o número crescente de indústrias que se instalam lá. Há quem ventile uma opção mais radical nessa área: um pacto com chineses, que poderiam investir na infraestrutura do país e ampliar seu parque industrial para abrigar empresas da própria China.

Tratado de Itaipu terá novas regras em 2023

Paraguai tem direito a 50% da energia, mas, como não consegue consumir tudo, vende o excedente ao Brasil

Destino da energia de Itaipu, em milhões de MWh



80,8 MWh

é o total de energia vinda de Itaipu consumida pelo Brasil em 2018

Fonte: Itaipu

Hoje, o Paraguai não tem estrutura para escoar energia de Itaipu a outros países, mas pode construir alternativas

Regiões atendidas pelas linhas de transmissão de Itaipu no Paraguai e no Brasil



O governo brasileiro, porém, não acredita que o país enverede por nenhuma dessas alternativas e que o Paraguai vai preferir a via mais confortável, que é continuar vendendo para o Brasil e ampliando sua cota de benefícios dentro do tratado.

Governos petistas, por exemplo, ampliaram a remuneração paga ao Paraguai pela cessão de energia, um adicional além do preço da energia em si, que, em 2017, somou US\$ 329 milhões.

Pela natureza do acordo bilateral, nenhum benefício adicional pode ser questionado por autoridades locais, como a Aneel (a agência do setor elétrico) ou o TCU (Tribunal de Contas da União), pois quem bate o martelo são os presidentes dos dois países. Por ano, o Brasil importa do país vizinho 32,9 mil gigawatts-hora, equivalentes ao consumo anual do Paraná.

O governo precisa se preparar para um eventual cenário de perda dessa energia, diz João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos Energia. "O prazo já passou. [O governo] teria que se preparar para construir novas usinas, o que levaria uns três anos", diz ele. Para Luiz Roberto Bezerra, superintendente da FGV Energia, a principal discussão não será a possível perda da energia, que ele considera um cenário remoto, mas sim o novo cálculo da tarifa.

Extra de US\$ 1 bi após usina ser quitada será alvo de disputas

Em 2023 termina o pagamento da dívida contraída para a construção da usina de Itaipu. As parcelas do financiamento, pagas pelo consumidor na conta de luz, têm um peso enorme: representam quase dois terços do preço da energia vendida por Itaipu. Sem a dívida, haverá uma "sobra" de US\$ 1 bilhão (R\$ 3,77 bilhões) por ano na receita da usina, só do lado brasileiro.

Um grupo de técnicos já defende que esse ganho seja repassado ao consumidor, com a redução da conta de luz. Mas os recursos tendem a ser alvo de disputas e podem ser canalizados para outros fins. Historicamente, a conta de luz abriga uma série de despesas adicionais sem nenhuma relação com o setor de energia, como subsídios a saneamento e agricultura.

No Brasil, além da Eletrobras e do Ministério de Minas e Energia, participarão das conversas o Ministério da Economia, liderado por Paulo Guedes, e o Itamaraty, encabeçado por Ernesto Araújo. Pode haver pressão para que Itaipu passe a gerar caixa à Eletrobras ou à União, avaliam analistas.

Os governos do Paraná e de cidades no entorno da usina deverão pressionar para que sejam mantidos os investimentos em obras locais, hoje custeadas por Itaipu. As mais recentes são duas pontes que serão construídas entre os países —uma ficará a 800 quilômetros da usina, ligando Mato Grosso do Sul ao Paraguai.

No lado paraguaio, a pressão para que a receita não seja convertida em redução na tarifa tende a ser maior ainda.

No país, os investimentos feitos por Itaipu em obras de infraestrutura têm um peso grande. Além disso, como o país vende seu excedente ao Brasil, poderá buscar uma margem maior na operação.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, diz que o Brasil já se prepara para as negociações. "Itaipu tem um preço competitivo, enviaremos todos os esforços para manter a competitividade."

Procurada, Itaipu diz que a renegociação ficará com o Itamaraty.

"Itaipu está se preparando para apoiar as discussões, mas não lhe cabe se manifestar em nome do governo brasileiro ou paraguaio", disse, em nota, a assessoria de imprensa brasileira. O lado paraguaio não respondeu à reportagem. O Itamaraty não quis comentar o tema.

Conta de luz não terá cobrança extra em fevereiro

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-01-2019)

É o terceiro mês seguido em que o consumidor não tem custo adicional na conta

A bandeira tarifária da conta de luz em fevereiro será verde, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), o que significa que não haverá custo extra para o consumidor. É o terceiro mês seguido em que isso acontece (em novembro, a bandeira vigente foi a amarela).



Torres de alta tensão, em São José dos Campos (SP) - Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress

Mesmo com a elevação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) provocada pela diminuição das chuvas em janeiro, a estação chuvosa está em curso, segundo a agência reguladora, o que contribui para melhorar o nível dos reservatórios. Nessa situação, o chamado "risco hidrológico" diminui, sendo que o PLD e o risco hidrológico são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para bancar os custos maiores na produção de energia quando o nível de chuvas diminui. Para compensar essa queda, o governo manda acionar usinas termelétricas movidas a carvão, que são mais caras.

A bandeira verde sinaliza que não há cobrança extra, enquanto na amarela é acrescido R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora). Já a vermelha tem dois patamares: no patamar 1, o adicional é de R\$ 3 a cada 100 kWh, enquanto no patamar 2 a taxa extra cobrada é de R\$ 5.

Confiança da Construção fica estável em janeiro ante dezembro, revela FGV

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança da Construção (ICST) deste mês de janeiro permaneceu no mesmo nível do registrado em dezembro, em 85,4 pontos, segundo dados da

Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgados nesta segunda-feira, 28. Contudo, em médias móveis trimestrais, o indicador avançou 1,2 ponto, marcando a quinta elevação consecutiva.

O desempenho do ICST no primeiro mês do ano retrata que as expectativas dos empresários voltaram ao nível de janeiro de 2018, indicando uma posição cautelosa do setor empresarial em relação à evolução da demanda nos próximos meses, avalia Ana Maria Castelo, Coordenadora de Projetos da Construção da FGV/Ibre.

“No entanto, a carteira de contratos das empresas melhorou bastante ao longo do ano passado e começa 2019 em alta, o que explica a percepção mais favorável referente ao ambiente corrente de negócios. A sondagem de janeiro traz indicadores que devem se traduzir em números positivos para o setor ao longo de 2019”, observa Ana Maria.

De acordo com a FGV, a estabilidade do ICST no primeiro mês deste ano foi influenciada exclusivamente pela melhora da situação atual. O Índice de Situação Atual (ISA-CST) subiu 0,4 ponto, para 75,1 pontos, a maior marca desde abril de 2015 (75,5 pontos).

O resultado positivo do índice veio da contribuição do indicador que mede a situação atual da carteira de contratos, que avançou 1,3 ponto, para 73,4 pontos, o nível mais elevado desde junho de 2015 (73,9).

O Índice de Expectativas (IE-CST) recuou 0,6 ponto, para 95,9 pontos. A queda das expectativas foi influenciada pelo indicador que apura a demanda prevista para os próximos três meses, que caiu 3,8 pontos, atingindo 93,4 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade (Nuci) do setor variou 0,1 ponto porcentual, para 66,7%. Já o Nuci para Mão de Obra ficou estável, enquanto o Nuci para Máquinas e Equipamentos subiu 0,2 ponto porcentual.

Conforme a FGV, os componentes da confiança do segmento de edificações tiveram resultados mistos, resultando em recuo de 6,3 pontos da diferença entre o IE e o ISA. A diferença atual (12,8 pontos), explica, representa o menor nível desde novembro de 2016 (12,4), reflexo da melhora na percepção dos empresários do mercado imobiliário em relação ao momento atual.

“Existe grande expectativa em relação à retomada do mercado imobiliário, que em 2018 registrou crescimento nos lançamentos e vendas. O segmento foi o que teve maior alta em sua carteira de contratos em janeiro, o que reforça a percepção positiva em relação à atividade”, avalia Ana Maria Castelo.

Contudo, ela pondera que o momento ainda não se assemelha ao verificado em anos anteriores. “Nada que possa ser comparado ao boom do período 2007 a 2012, como mostra o recuo das expectativas.”

A edição de janeiro de 2019 coletou informações de 556 empresas entre os dias 2 e 23 deste mês. A próxima divulgação da Sondagem da Construção ocorrerá em 25 de fevereiro.

[Top-5 do Focus passa a ver manutenção da Selic em 6,5% ao longo deste ano](#)

28/01/2019 – Fonte: DCI

Os economistas que mais acertam as previsões na pesquisa Focus realizada pelo Banco Central passaram a ver manutenção da taxa básica de juros neste ano no atual patamar de 6,5 por cento, em um ambiente de inflação controlada. O Top-5 reduziu sua expectativa para a Selic na pesquisa divulgada nesta segunda-feira pela segunda semana seguida, de 6,75 por cento no levantamento anterior.

O mercado como um todo continua vendo a Selic a 7 por cento ao final deste ano, como mostra a mediana das projeções, e a 8 por cento em 2020.

O Focus, realizado semanalmente com uma centena de economistas, mostrou ainda que o cenário para a atividade econômica perdeu força. A expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caiu a 2,50 tanto para 2019 quanto para 2020, uma redução respectivamente de 0,03 e 0,1 ponto percentual.

Para a alta do IPCA em 2019, a estimativa foi ajustada a 4 por cento, de 4,01 por cento, mesmo nível previsto para o ano que vem.

O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25 por cento e, de 2020, de 4 por cento, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

IPC-Fipe sobe 0,43% na 3ª quadrissemana de janeiro

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,43% na terceira quadrissemana de janeiro, acelerando em relação à alta de 0,24% observada na segunda quadrissemana deste mês, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na terceira leitura de janeiro, cinco dos sete componentes do IPC-Fipe subiram com mais força, migraram para inflação ou reduziram deflação. Foi o caso de Habitação (de -0,29% na segunda quadrissemana para -0,12% na terceira quadrissemana), Alimentação (de 1,16% para 1,35%), Transportes (de -0,02% para 0,61%), Vestuário (de 0,01% para 0,03%) e Educação (de 1,35% para 2,10%).

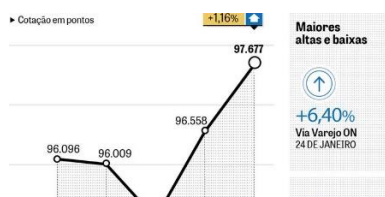
Por outro lado, caiu de forma mais acentuada o segmento de Despesas Pessoais (de -0,01% para -0,17%) e avançou de maneira mais contida o item Saúde (de 0,09% para 0,07%).

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na terceira quadrissemana de janeiro:

- **Habitação: -0,12%**
- **Alimentação: 1,35%**
- **Transportes: 0,61%**
- **Despesas Pessoais: -0,17%**
- **Saúde: 0,07%**
- **Vestuário: 0,03%**
- **Educação: 2,10%**
- **Índice Geral: 0,43%**

Ibovespa sobe 1,16% e passa os 97 mil pontos

28/01/2019 – Fonte: DCI



A bolsa paulista fechou a semana passada com o Ibovespa em nova máxima histórica. O índice subiu 1,16% e foi acima dos 97 mil pontos pela primeira vez (97.677,19 pontos), apoiado em apostas positivas para a economia no País. O giro somou R\$ 15,12 bilhões.

Na semana passada, mais curta por feriado na sexta-feira na cidade de São Paulo, o Ibovespa acumulou alta de 1,65%, no quinto desempenho semanal positivo consecutivo. "Há uma euforia generalizada para os ativos brasileiros e a Bovespa está atingido uma máxima atrás de outra em janeiro", Bernd Berg, estrategista global de macro e moedas na Woodman Asset Management.

"Continuo otimista e relação à bolsa brasileira e espero que o Ibovespa aumente para 130.000 em 2019, em meio ao crescente otimismo entre os investidores estrangeiros, com novas entradas de portfólio capazes de acelerar a recuperação do mercado acionário brasileiro", afirmou.

Na véspera, em meio à participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o ministro da Economia, Paulo Guedes, agradeceu o mercado, reforçando que a reforma da Previdência segue como prioridade e pode render economia de R\$ 700 bilhões a R\$ 1,3 trilhão em 10 anos.

Investidores veem a mudança no regime atual de Previdência do país como crucial para a melhora da situação fiscal brasileira, a fim de estabilizar o comportamento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Entre os destaques, Kroton avançou 5,54%. CCR e EcoRodovias subiram 5,54% e 5,28%, respectivamente, com as declarações de concessões de rodovias por parte do governador de São Paulo, João Doria.

Nas *blue chips*, Vale subiu 0,9% em um movimento alinhado ao de outras mineradoras no exterior, enquanto Petrobras PN avançou 0,43%, em uma sessão sem tendência única para os preços do petróleo. No bloco financeiro, Bradesco PN teve alta de 1,01%, enquanto Itaú, Santander e Banco do Brasil fecharam em baixas de 0,13%, 0,46% e 0,51%, respectivamente.

Mercado cambial

O dólar, por sua vez, encerrou com leve alta ante o real na última quinta-feira, acompanhando a movimentação da moeda no exterior após comentários do presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi. A divisa avançou 0,23%, aos R\$ 3,7719. Na máxima da sessão, alcançou R\$ 3,7952 reais e na mínima, foi a R\$ 3,7383 reais. O dólar futuro operava em alta de 0,3%.

Em pregão de volume mais baixo, devido ao feriado municipal em São Paulo, investidores voltaram-se para o exterior, onde o dólar subiu para uma máxima de mais de cinco semanas contra o euro após fala de Mario Draghi, do BCE.

Draghi reconheceu que o crescimento da zona do euro provavelmente será mais fraco que o previsto por causa de impactos de eventos que incluem a desaceleração da China e o Brexit. No lado doméstico, a reforma da Previdência continuou no radar do mercado no último dia de participação do governo em Davos.

O Banco Central vendeu na sessão da última quinta-feira um total de 13,4 mil contratos de swap cambial tradicional, equivalente à venda futura de dólares. Desta forma, rolou US\$ 11,39 bilhões do total de US\$ 13,398 bilhões que vencem em fevereiro.

Se mantiver essa oferta diária e vendê-la até o final do mês, terá feito a rolagem integral.

28/01/2019 – Fonte: R7

Em 2021 e 2022, a projeção segue em 2,50%. Essas são as previsões de instituições financeiras consultadas pelo Banco Central



Instituições financeiras, consultadas pelo BC (Banco Central), reduziram a projeção para o crescimento da economia, neste ano e em 2020. A projeção para a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) — a soma de todos os bens e serviços produzidos no país — foi ajustada de 2,53% para 2,50%, em 2019.

Para o próximo ano, a expectativa caiu de 2,60% para 2,50%. Em 2021 e 2022, a projeção segue em 2,50%. Essas são as previsões de instituições financeiras consultadas pelo BC todas as semanas sobre os principais indicadores econômicos.

A inflação, calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), deve ficar em 4% este ano.

Na semana passada, a projeção para o IPCA estava em 4,01%. A estimativa segue abaixo da meta de inflação (4,25%), com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%, este ano.

Para 2020, a projeção para o IPCA segue em 4%, há 82 semanas seguidas. Para 2021 e 2022, a estimativa permanece em 3,75%.

A meta de inflação é 4%, em 2020, e 3,75%, em 2021, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

O BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano, para alcançar a meta da taxa inflacionária.

De acordo com o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2019 em 7% ao ano e continuar a subir em 2020, encerrando o período em 8% ao ano, permanecendo nesse patamar em 2021 e 2022.

O Copom (Comitê de Política Monetária) aumenta a Selic para conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação.

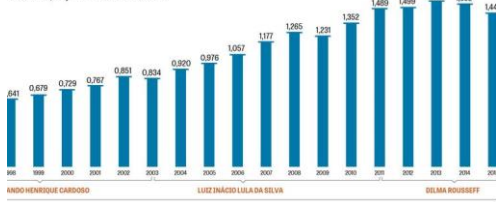
A manutenção da taxa básica de juros indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permanece em R\$ 3,75 no final deste ano, e em R\$ 3,78, no fim de 2020.

28/01/2019 – Fonte: DCI

Com exceção da Estônia, todas as nações da organização já utilizam modelo; governo pretende implantar medida para compensar redução da alíquota do IRPJ e da CSLL de 34% para até 15%

federais (a preços de dezembro de 2018)



Com a possibilidade do governo federal voltar a taxar dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de acionistas e investidores, o Brasil deve se aproximar do modelo de tributação dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Atualmente, somente a Estônia não tributa dividendos, dentre as 36 nações da OCDE. O Brasil teve essa taxação até 1995. Com a tributação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende compensar as receitas que serão perdidas com uma eventual redução das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 34% para até 15%.

O intuito é aumentar a atração de investimentos e elevar o dinamismo do setor produtivo nacional. Contudo, a professora de economia do Mackenzie de Campinas, Leila Pellegrino, ressalta que colocar o Brasil em níveis de competitividade semelhantes aos países da OCDE, por exemplo, requer mais que uma redução dos tributos.

“Pelos próximos quatro anos, será preciso repensar como podemos aumentar a qualificação da mão de obra brasileira; além de melhorar a infraestrutura logística e agilizar os trâmites burocráticos para se fazer negócios”, diz.

“Por si só, uma diminuição da taxação dos lucros das empresas não é condição suficiente para restaurar a confiança no País”, complementa.

Já Alexandre Evaristo Pinto, Coordenador do MBA IFRS da Faculdade Fipecafi, destaca que a medida sugerida por Guedes visa, principalmente, retomar a atividade econômica no curto e médio prazo, tendo em vista o baixo crescimento desde o fim da crise em 2016. Ele lembra que o Brasil é um dos únicos países que não tributa dividendos dos acionistas, porém ressalta que o governo ainda precisa divulgar mais estudos sobre o tema.

As duas principais preocupações dele é que ainda não está claro se uma taxação dos dividendos irá compensar, de fato, uma redução das alíquotas de IRPJ/CSLL. Tanto pensando na potencial perda de arrecadação tributária da União, como no custo dos impostos para as empresas.

Arrecadação em 2018

Diante de uma leve aceleração da atividade econômica, a arrecadação do IRPJ e da CSLL teve recuperação em 2018, ao crescer 12,4% acima da inflação, a R\$ 224 bilhões, após uma queda de 17,2% registrada em 2017. Somente a receita do IRPJ cresceu 13,8%, para R\$ 144 bilhões. Já a CSLL, avançou 9,8%, para R\$ 80 bilhões.

Por outro lado, quando se olha somente para o que foi arrecadado com as instituições financeiras, observa-se queda tanto no IRPJ (-11%, para R\$ 18,5 bilhões) como na CSLL (-9,7%, para R\$ 15 bilhões).

De acordo com Alexandre Evaristo, esta retração está relacionada com a queda da taxa básica de juros (Selic), que acabou provocando uma diminuição no lucro dos bancos. A Selic passou de 14,25% ao ano em outubro de 2016, para 6,50% desde março de 2018.

O especialista da Fipecafi lembra que houve uma queda de 11% na arrecadação sobre a folha de salários entre 2017 e 2018, ao passar R\$ 386 bilhões, para R\$ 343 bilhões. Sobre isso, ele afirma que a reforma trabalhista pode ter impactado, a despeito do leve aumento do emprego celetista. "A reforma aumentou as possibilidades de contratos e estes podem ter sido feito por uma remuneração menor", diz. Segundo a Receita, a desoneração da folha custou R\$ 12 bilhões em 2018.

Cruze bate Golf em teste de únicos hatches médios feitos no país

28/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-01-2019)

Chevrolet Cruze e Volkswagen Golf são os dois únicos hatches médios produzidos atualmente no Brasil. Tanto nas ruas como nas fábricas, o segmento que já foi símbolo de status perdeu espaço para os SUVs compactos.

Feito em São José dos Pinhais (PR), o modelo da Volks teve 3.070 unidades emplacadas em 2018, segundo a Fenabrave (entidade que representa os distribuidores de veículos). No mesmo período, 49 mil jipinhos Hyundai Creta foram comercializados. O Cruze se saiu um pouco melhor: 5.535 emplacamentos no ano passado.

A Chevrolet passa por um mau momento e alega ter tido prejuízo no Brasil nos últimos anos, apesar de liderar o mercado automotivo. Caso seu hatch médio vendesse bem, teria menos problemas: a versão mais em conta, LT, custa R\$ 97,8 mil. É mais que o dobro do valor de um Onix Joy (R\$ 45 mil).

Já a Volks parece não se importar com os resultados do Golf. Ralf Brandstätter, chefe mundial de operações da empresa, esteve nesta semana em São Bernardo (Grande São Paulo) para confirmar que o foco está nos SUVs e no segmento de compactos. Apesar de distantes do topo das vendas, os hatches médios seguem superiores aos utilitários da moda, como mostra o teste Folha-Mauá.

Cruze e Golf oferecem mais itens de segurança. Ambos são equipados com airbags frontais e laterais em todas as versões, algo ainda raro entre os jipinhos. Além disso, os motores 1.4 turbo dos hatches avaliados foram suficientes para superar a maioria dos SUVs em desempenho e consumo.

O modelo da Volks é um exemplo de boa ergonomia. O motorista tem todos os comandos que importam em destaque, o que evita distração ao volante.

Na versão Highline, os bancos do Golf permitem viajar por muitas horas sem sentir cansaço. São semelhantes aos usados no sedã de luxo Passat.

O Cruze é mais esportivo por fora do que por dentro. A cabine é ampla e tem forrações claras na versão LTZ. Um botão no volante libera os comandos por voz: dá para escolher a música ou acessar o navegador GPS sem tirar as mãos da direção.

Conectividade também é ponto forte do Golf, que pode ser equipado com uma tela sensível ao toque semelhante a um tablet. O item faz parte do pacote premium, que custa R\$ 9.900 e inclui "park assist" (comanda o volante e orienta o motorista nas manobras para estacionar), bancos elétricos e frenagem automática.

Com todos os itens disponíveis, o preço do Golf Highline chega a R\$ 129.340. Com pacote semelhante na versão LTZ Plus, o Cruze custa menos: R\$ 119.690.

Só o Chevrolet tem o serviço de atendimento ao cliente On Star. O sistema pode acionar socorristas caso perceba que o motorista sofreu um acidente ou enviar uma rota diretamente para o sistema de navegação. Os comandos são acessados por meio de botões instalados no retrovisor.

Em movimento, o rodar firme do Golf se destaca. É um carro pensado para quem gosta de dirigir esportivamente, gente que prefere curvas a retas. Suas reações são previsíveis e a carroceria pouco inclina nos trechos sinuosos, comportamento bem diferente do encontrado nos jipinhos.

O Cruze é voltado para o uso urbano, sua suspensão não se incomoda tanto com os buracos. Na estrada, o silêncio mesmo a 120 km/h revela o cuidado da marca com o isolamento acústico.

Os números de desempenho e consumo são quase idênticos, o que leva a decisão para os detalhes. O Chevrolet termina como vencedor por oferecer menor custo de compra nas versões comparadas e mais espaço interno, item importante para quem o utiliza como carro de família.

Bosch incorpora negócios da fabricante de motores elétricos EM-motive

28/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 24-01-2019)

Até então, controle da empresa era compartilhado com a Daimler

A **Bosch** investiu para assumir controle total da EM-motive, que produz motores elétricos e desde 2011 tinha o comando compartilhado entre a fabricante de componentes e tecnologia e a Daimler como uma estratégia das duas marcas para evoluir rápido no segmento, mas dividindo os custos.

Segundo Stefan Hartung, membro do conselho de administração da Bosch com responsabilidade pela divisão de soluções de mobilidade, comprar a outra metade da empresa foi um passo lógico dentro do plano de tornar a sistemista líder no mercado de eletromobilidade, estabelecendo presença mais ampla.

Em comunicado, a organização esclarece que a mudança no controle não terá efeito imediato na estrutura da EM-motive, apenas vai integrar os negócios da empresa à Bosch. A companhia já fabricou mais de 450 mil motores, que foram fornecidos a empresas como Daimler, Porsche, Fiat, Volvo e Peugeot.

O valor da compra das ações não foi revelado e a negociação ainda precisa ser aprovada por órgãos regulatórios.

Lean Manufacturing: como o BI pode tornar a indústria mais enxuta?

28/01/2019 – Fonte: CIMM (publicado em 27-01-2019)

Estamos falando de um tipo de modelo em que o Business Intelligence se torna uma ferramenta indispensável

Nos últimos anos, as empresas do setor industrial se depararam com um desafio um tanto inglório: como recuperar um ritmo de crescimento ao mesmo tempo que era necessária implementar uma estratégia agressiva de redução de custos. No Brasil, 2018 foi um ano abaixo das expectativas, em que o setor industrial registrou um crescimento de 1,8% até novembro de 2018, desacelerando em relação aos 2,6% de 2017.

Quanto ao objetivo de reduzir custos, com vista ao aumento de produtividade e receita, um dos conceitos mais comentados é o do Lean Manufacturing (manufatura "magra" ou enxuta, em inglês) e seus benefícios para a indústria.

Entretanto, implementar esse tipo de metodologia exige um grau elevado de comunicação interna, e um foco redobrado na gestão de dados. Estamos falando de um tipo de modelo onde o Business Intelligence (BI) se torna uma ferramenta indispensável. No propósito de tornar a produção industrial mais enxuta, o BI é o elemento que leva a gestão para um novo nível, captando e tratando informações do chão de fábrica em tempo real. Assim, é possível identificar problemas ou anomalias, e tomar decisões com o máximo de agilidade.

O resultado disso é simples: gerenciamento de processos mais eficiente, com métricas precisas e organizadas para todas as etapas da produção. Se trata de criar vantagens competitivas para o negócio, maximizando a eficiência e eficácia organizacional.

Dentre estas vantagens, é possível elencar:

Eficácia: entregar produtos que tenham o máximo de valor para seus consumidores, a um preço justo, sendo que eles são produzidos com o menor custo possível.

Eficiência: acelerar o fluxo de caixa ao reduzir o tempo entre os gastos realizados para produzir e sua correspondente receita após as vendas.

É uma receita que tem resultados comprovados. Segundo um estudo feito em 2015 pela Aberdeen Group com empresas que usam o modelo Lean, todas tiveram um alto retorno sobre o investimento nesta mudança: elas tiveram ganhos de até 72% em receita, lucratividade e qualidade de produtos.

O setor de manufatura é hoje uma das verticais que mais gera dados no mundo. Com o grande número de equipamentos e controles usados no chão de fábrica, ficar na base da prancheta e anotações hoje é algo inviável. Quando se fala em tomar decisões precisas para reduzir retrabalhos, ociosidade de máquinas, desperdícios e outros custos desnecessários - o que faz parte de uma estratégia Lean - uma ferramenta de BI se torna a chave para lidar com tantos fatores.

Para atingir estes resultados, um bom exemplo é o uso de dashboards. Eles são os monitores de como estão os indicadores de performance (KPIs) da operação. Eles trazem em tempo real as informações necessárias para saber como está o desempenho da produção, ajudando a identificar quando alguma ação corretiva deve ser tomada para manter os processos dentro do padrão desejado.

Hoje, o setor industrial tem à mão uma infinidade de ferramentas capazes de gerar informações de valor para a melhoria do negócio. Estamos falando de sensores, equipamentos inteligência e conectados, assim como a conectividade à internet - a muito comentada, mas ainda tímida no Brasil, Indústria 4.0.

Todos estes elementos podem ser reunidos e otimizados por meio de uma plataforma de BI. Ao estabelecer métricas e indicadores, fica mais fácil tomar as decisões adequadas para otimizar a operação no chão de fábrica, com menores custos e maior eficiência.

A vantagem competitiva que as empresas têm à mão ao combinar um modelo enxuto de produção com o uso de BI é uma oportunidade estratégica que toda empresa deve considerar. Se seus equipamentos e profissionais já geram ou trabalham com dados, é uma oportunidade de criar um sistema em que as decisões podem ser feitas em tempo real, cortando despesas e entregando resultados com uma eficiência inédita.

Integrados com os princípios do Lean Manufacturing, ferramentas de BI podem ser o gatilho para ter insights e ações com efeito direto nos resultados e ganhos de uma organização.

Petrobras mantém sem alteração preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras manteve sem alteração o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para terça-feira, dia 29, em R\$ 1,5104. Além disso, a estatal manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 1,9998, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar em que ela pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, “conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral”. Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro, permite à empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

AGU pede que STF reafirme vigência de liminar sobre tabela do frete

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-01-2019)

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) um esclarecimento sobre a vigência da liminar que suspende a tramitação de todos os processos que questionam a tabela que fixa preços mínimos para o transporte de cargas no País.

A AGU argumenta que, após a conversão da Medida Provisória 832/2018 na Lei 13.703/2018, juízes de instâncias inferiores começaram a deferir liminares em favor de empresas e entidades para suspender os efeitos da medida, desobedecendo decisão do ministro Luiz Fux em junho de 2018 que interrompeu a tramitação de todos os processos relacionados a esse tema até o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pela Corte.

De acordo com o órgão de advocacia da União, esses juízes estão tomando essas decisões com base em interpretação de que a liminar de Fux valia para a MP, e que, com a conversão da medida em lei, caberia a retomada dos processos. A AGU cita ainda que permanece a necessidade de manter vigentes os efeitos da lei que cria a tabela de frete “para manter um contexto de estabilidade durante as tratativas das categorias envolvidas com o novo governo”.

A manifestação da AGU ocorre dias depois de dois servidores do Ministério da Economia enviarem documento ao STF chamando caminhoneiros grevistas de “conspiradores”, com críticas à medida que estabeleceu a tabela do frete. Como mostrou o Broadcast, esses servidores – que elaboraram o parecer ainda sob o governo Michel Temer – devem ser exonerados, e a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) informou que o tema será reavaliado pelo governo de Jair Bolsonaro.

A AGU pede que o STF preste o esclarecimento e, para não restarem dúvidas, estenda o alcance da liminar a todos os processos que envolvam a Lei 13.703/2018. “Episódios decisórios como esses parecem contornar não só a autoridade das liminares concedidas na presente ação direta, como, de certa maneira, a própria competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade, já que muitas decisões são proferidas em ações coletivas cujo objeto é basicamente o mesmo de um processo objetivo”, argumenta a AGU.

O órgão listou uma série de ações individuais e coletivas que estão tendo deferidos seus pedidos de liminares, a despeito do comando do STF para que os processos ficassem paralisados. “Fato é que esse levantamento demonstra a existência de

alguma margem de incompreensão sobre a subsistência ou não do conteúdo das decisões proferidas pelo Ministro Relator em junho de 2018, bem como sobre seu alcance, já que ainda não havia se configurado, naquele momento, a conversão da MP nº 832/2018 na Lei nº 13.703/2018”, diz o documento, assinado em 25 de janeiro.

Decreto amplia prazo para ANP e empresas fecharem contas do subsídio ao diesel

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O governo federal estendeu até abril o prazo para a apuração e a liquidação de créditos e débitos existentes entre a União e os beneficiários ao final da subvenção econômica para a comercialização do óleo diesel rodoviário.

O prazo para fechar as contas para pagamento às empresas produtoras e importadoras de diesel pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) terminaria até o último dia útil de janeiro de 2019. A extensão do período consta de decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, dia 28.

Pela regulamentação, o pagamento da subvenção à Petrobras e demais fornecedores é feito pela União, via ANP, após fechamento mensal da conta gráfica dos produtores e importadores. O programa de subsídio ao combustível, baixado em maio do ano passado pelo governo de Michel Temer para pôr fim a paralisação de caminhoneiros, foi encerrado em dezembro.

Produção de aço bruto global cresceu 4,6% em 2018, diz associação

28/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

A produção global de aço bruto atingiu 1,8 bilhão de toneladas em 2018, crescimento de 4,6% na comparação com o registrado em 2017. Segundo números divulgados pela World Steel Association, a produção cresceu em todas as regiões, com exceção da União Europeia, que produziu 168,1 milhões de toneladas, queda de 0,3%.

Somente a Ásia produziu 1,2 bilhão de toneladas de aço bruto em 2018, crescimento de 5,6% se comparado com 2017. A China, sozinha, respondeu por 928,3 milhões de toneladas, alta de 6,6% em igual comparação. Com o desempenho, a fatia do gigante asiático na produção global subiu de 50,3% em 2017 para 51,3% em 2018.

Dentro do ranking dos 10 maiores produtores de aço do mundo, o Brasil ficou na nona posição no ano, com 34,7 milhões de toneladas, crescimento de 1,1% na comparação com 2017.

Futuros do minério de ferro na China têm máxima em 16 meses após desastre da Vale

28/01/2019 – Fonte: Reuters

Os futuros do minério de ferro subiram para máxima em 16 meses nesta segunda-feira após a Agência Nacional de Mineração ordenar que a Vale, maior produtora global da commodity, suspenda as operações de sua mina Córrego do Feijão após o rompimento fatal de uma barragem.

A barragem rompeu na sexta-feira, liberando uma corrente de lama que invadiu instalações de mineração da Vale e arrasou uma comunidade local, deixando 58 mortos segundo a contagem até o momento, além de centenas de desaparecidos.

O contrato do minério de ferro mais negociado na bolsa de Dalian chegou a subir 6 por cento, para 567,5 iuanes (84,23 dólares) por tonelada, maior nível desde setembro de 2017, antes de devolver parte dos ganhos e fechar com alta de 2,8 por cento, a 550,5 iuanes.

“O acidente envolve minério de ferro brasileiro de alto teor. No entanto, acho que os preços físicos podem não se alterar tanto quanto os futuros, uma vez que o mercado tem estado muito, muito quieto (antes do Ano Novo Lunar)”, disse o analista Richard Lu, da consultoria CRU em Pequim.

A China, maior consumidor global de minério de ferro, utilizado na fabricação de aço, demanda minério de alta qualidade, que é menos poluente, devido à sua campanha contra a poluição.

O fechamento da mina Córrego do Feijão resultará em uma redução de 1,5 por cento na produção da Vale, o que terá um impacto “insignificante” sobre a oferta, afirmou Helen Lau, analista da Argonaut Securities.

“Em geral, nós não esperamos ver uma grande alta nos preços do minério de ferro em função desse acidente fatal, uma vez que a demanda da China por minério de ferro no curto prazo deve ser leve devido à fraca sazonalidade”, escreveu ela em nota.

O contrato mais ativo do vergalhão de aço na bolsa de Xangai fechou em queda de 0,8 por cento, a 3.681 iuanes por tonelada.

ANÁLISE-Novo desastre na Vale coloca em xeque CEO, negócios e dividendos da mineradora

28/01/2019 – Fonte: Reuters

Quando Fabio Schvartsman assumiu o comando da Vale em 2017, ele sugeriu um lema para a maior mineradora de ferro do mundo, virando a página de um desastre na barragem de rejeitos que atingiu uma pequena cidade de Minas Gerais anos antes: “Mariana nunca mais”.

Essa e muitas outras grandes promessas de Schvartsman agora parecem ter sido jogadas no lixo.

Quatro anos depois e a cerca de 100 quilômetros de Mariana, uma barragem de rejeitos de mineração se rompeu na sexta-feira, provocando uma enxurrada de lama em outra pequena cidade mineira, Brumadinho, deixando centenas de desaparecidos e dezenas de mortos registrados até o momento.

Embora o foco da empresa até agora tenha sido a tragédia humana, analistas e acionistas têm pouca dúvida de que a Vale não pode continuar no caminho traçado por seu presidente-executivo.

Schvartsman, de 63 anos, que recentemente disse que permaneceria até 2020 no cargo, apesar do término de seu atual mandato em maio, projetou uma estratégia que contava com um fluxo de caixa livre de 10 bilhões de dólares por ano devido à forte demanda chinesa pelo minério de ferro de alta qualidade produzido pela companhia.

Mas muitos dos planos, que passavam por oferecer dividendos generosos, reinvestir em divisões de menos lucrativas e buscar aquisições de médio porte, podem ter que ser abandonados, conforme a Vale agora caminha para enfrentar ações judiciais que podem chegar a dezenas de bilhões de dólares.

Um executivo de um fundo de pensão que detém ações da Vale, que pediu anonimato devido à confidencialidade do assunto, disse que seria difícil justificar grandes pagamentos aos acionistas nos próximos trimestres, acrescentando que seria preciso rever por completo a governança da Vale.

No domingo, a Vale disse em resposta a uma pergunta sobre sua política de dividendos que a empresa está focada em ajudar as vítimas do desastre e que “não discutiu a

questão dos dividendos". Mas, em comunicado no final do mesmo dia, a empresa disse que seu conselho decidiu suspender seus planos para dividendos, eventuais recompras de ações e bônus executivos por conta do desastre.

Durante uma visita aos esforços de resgate no domingo, Schvartsman prometeu renovar o foco da Vale na segurança, "além de toda e qualquer norma nacional e internacional".

"Nós vamos criar um colchão de segurança bastante superior ao que a gente tem hoje para garantir que nunca mais aconteça um negócio desse", disse ele.

Um dos principais acionistas da Vale, o fundo de pensão Previ, tomou a iniciativa de divulgar um comunicado no domingo no qual afirmou que vai exigir uma investigação completa do desastre e garantirá que a empresa ajude as famílias e comunidades afetadas.

O fundo não respondeu a um pedido adicional de comentário. Outro acionista majoritário, a Bradespar, empresa de investimentos do Banco Bradesco, recusou-se a comentar.

As ações da Vale listadas nos EUA caíram 8 por cento na sexta-feira após o desastre, enquanto os mercados brasileiros estavam fechados devido a um feriado em São Paulo.

No sábado, a agência de risco Standard & Poor's colocou o rating da Vale em observação negativa, alertando que poderia cortar a atual avaliação BBB- da empresa em diversos degraus a depender de multas e da possível perda da licença de operação na área afetada.

EXPANSÃO EM DÚVIDA

Ainda não é claro se Schvartsman conseguirá colocar novos recursos em planos de expansão das operações, conforme planejado anteriormente.

A Vale apresentou planos em dezembro para investir 500 milhões de dólares em sua mina de níquel Nova Caledônia após fracassar na venda ou busca de um parceiro para o ativo, na esperança de ganhar no futuro com uma esperada alta nas vendas de veículos elétricos.

A mineradora também vinha buscando aquisições de médio porte em seu negócio principal, de minério de ferro, após decidir não perseguir operações gigantescas com o fluxo de caixa decorrente da alta nos preços do minério de ferro no ano passado.

Em dezembro, a Vale anunciou a aquisição da mineradora Ferrous Resources junto à controladora Icahn Enterprises por 550 milhões de dólares. A transação deve ser concluída neste ano.